
A TEORIA DAS FUNÇÕES DA NOVA GRAMMATICA ANALYTICA DA LINGUA PORTUGUEZA (1881), DE CHARLES GRIVET (1816-1876)

The Theory of Functions in the Nova Grammatica Analytica da Lingua Portuguesa (1881), by Charles Grivet (1816–1876)

DOI: 10.14393/LL63-v42-2026-07

Ana Beatriz Freire de Almeida*

RESUMO: Este trabalho, ancorado na Historiografia da Linguística, é o recorte de uma pesquisa maior (Almeida, 2022) na qual analisamos a abordagem sintática de Charles Adrien Olivier Grivet (1816-1876) na obra *Nova Grammatica Analytica da Lingua Portuguesa* (1881). Grivet é um gramático que se destaca por compreender a sintaxe como funções exercidas por palavras e por dar centralidade ao fato (verbo) nas relações sintáticas. Neste artigo, concentramos nossa análise na teoria das funções elaborada pelo gramático. Identificamos que Grivet não tem como proposta o rompimento com a tradição gramatical, mas elabora um modelo analítico divergente do pensamento gramatical predominante em seu tempo. Assim, a pesquisa contribui para compreender melhor o pensamento sintático oitocentista, que ainda reverbera nas nossas gramáticas contemporâneas do português. Para descrever e interpretar o pensamento do autor, nossa fundamentação teórico-metodológica utiliza as categorias teóricas e analíticas da metalinguagem (Koerner, 2014) e da influência (Koerner, 2014b).

PALAVRAS-CHAVE: Nova Grammatica Analytica da Lingua Portuguesa. Charles Grivet. Gramática. Historiografia da Linguística. Século XIX.

ABSTRACT: This paper, grounded in the Historiography of Linguistics, is an excerpt from a broader research project (Almeida, 2022) in which we analyze the syntactic approach of Charles Adrien Olivier Grivet (1816–1876) in his work *Nova Grammatica Analytica da Lingua Portuguesa* (1881). Grivet is a grammarian who stands out for understanding syntax as functions performed by words and for placing the fact (the verb) at the center of syntactic relations. In this article, we focus our analysis on the theory of functions developed by the grammarian. We identify that Grivet does not intend to break with the grammatical tradition but instead develops an analytical model that diverges from the dominant grammatical thinking of his time. Thus, this research contributes to a better understanding of 19th-century syntactic thought, which still echoes in contemporary Portuguese grammars. To describe and interpret the author's thinking, our theoretical and methodological framework draws on the theoretical and analytical categories of metalinguistics (Koerner, 2014a) and influence (Koerner, 2014b).

KEYWORDS: Nova Grammatica Analytica da Lingua Portuguesa. Charles Grivet. Grammar. Historiography of Linguistics. 19th Century.

* Doutoranda e mestra em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba. ORCID: 0000-0001-9942-6500. E-mail para contato: freirewp(AT)gmail.com.

1 Introdução

Este artigo é fruto da dissertação *A sintaxe na Nova Grammatica Analytica da Lingua Portuguesa (1881)*, de Charles Adrien Olivier Grivet (1816-1876): uma análise historiográfica (Almeida, 2022), que trata da concepção sintática do autor, um gramático suíço que empreendeu duas gramáticas do português: *Grammatica Analytica da Lingua Portuguesa* (1865) e *Nova Grammatica Analytica da Lingua Portuguesa* (1881). Nosso trabalho é ancorado em movimentos analíticos da Historiografia da Linguística, como a questão da influência, da retórica e das camadas do conhecimento linguístico. Para auxiliar na reconstrução de algumas histórias, recorreremos também a um levantamento de fontes secundárias com o intuito de tomar conhecimento do contexto histórico e social da gramática e do autor, fundamentais para tentar compreender alguns de seus posicionamentos teóricos. Neste artigo, retomamos questões pontuais da trajetória de Charles Grivet, importantes para o empreendimento de sua obra, e apresentamos uma de suas principais inovações sintáticas, a ideia da teoria das funções.

1.1 Charles Antoine Olivier Grivet (1816–1876): pai, professor e gramático

Apesar de ter nascido em Villars-le-Terroir, Cantão de Vaud, na Suíça, Grivet viveu uma parte de sua vida em Attalons, cidade suíça no Cantão de Friburgo, tendo a língua francesa como materna — o que justifica a presença do francês nos seus estudos, principalmente quando compara português e francês. Em Friburgo, entre os anos de 1827 e 1836, dedicou-se a estudar outras línguas, como latim e grego, além de outras matérias, como geografia, história, retórica etc. Nessa época, ele ainda não sabia português, que só foi aprender quando chegou ao Brasil. Reunindo todo esse conhecimento, Grivet virou professor, tendo seu primeiro emprego em 1837, na Rússia. Posteriormente, voltou à Suíça para trabalhar na Escola-Média de Friburgo. Nessa época, ele conheceu Maria Barbosa Franco Grivet (1816-1906), sua cunhada até seus últimos dias de vida, que foi responsável pela publicação póstuma da *Nova Grammatica Analytica da Lingua Portuguesa* (1881).

Em 1 de abril de 1856, Charles Grivet chegou ao Brasil. Inicialmente, o autor tentou, de acordo com o jornal *Le Chroniqueur* (1857), fundar um instituto no estado do Pará, que provavelmente não deu certo, pois não houve mais registros dessa tentativa de empreendimento. Os registros seguintes de Grivet no Brasil já são no Rio de Janeiro, onde

começou a dar aulas de francês para alunos particulares. Depois, ele foi trabalhar no colégio da sua esposa, que abriu um instituto para meninas em Vassouras, também no Rio de Janeiro. Notamos, dessa forma, que o gramático, em suas atribuições profissionais, sempre esteve envolvido com a educação, o que reafirma o caráter didático de suas obras.

Em 1862, a estrutura do colégio da Madame Grivet foi comprometida em decorrência de fortes chuvas, de forma que a instituição ficou quatro anos fechada, voltando apenas em 1866. Nesse intervalo de tempo, foi publicada a primeira obra de Grivet, a *Grammatica Analytica da Lingua Portuguesa* (1865), motivada possivelmente por problemas financeiros que o casal passava na época com o fechamento do colégio.

Nos anos seguintes, Grivet ajustou algumas ideias de sua primeira gramática para a publicação de outra obra, a que abordamos neste artigo. Em 1874, o novo texto já estava finalizado, mas faltavam recursos para sua publicação. Dois anos depois, Grivet faleceu, mas Madame Grivet, sua esposa, fez com que as 626 páginas — 341 a mais do que a primeira obra — da *Nova Grammatica Analytica da Lingua Portuguesa* (1881) fossem publicadas.

Essas páginas não foram esquecidas e nos ajudam a entender os movimentos analíticos sintáticos oitocentistas do pensamento gramatical brasileiro. A seguir, nos aprofundamos em alguns pressupostos teóricos que servem para a análise crítica da obra do gramático suíço.

2 Pressupostos teóricos

Esta pesquisa está ancorada na Historiografia da Linguística (HL). Nesta seção, explicitamos noções dessa disciplina e de algumas de suas categorias de análise que auxiliarão no entendimento dos procedimentos metodológicos e da análise do nosso objeto de estudo.

De acordo com Altman (2012, p. 20), “o termo linguística pode se referir a qualquer estudo sobre a linguagem que tenha sido feito pelo homem, onde quer que se encontrem dele vestígios de documentação”, o que significa que o conhecimento sobre a linguagem é anterior aos eventos do século 20, conhecido como o “nascimento da Linguística”, devido à publicação do *Curso de Linguística Geral* (1916), de Ferdinand de Saussure (1857–1913). Dessa forma, a Linguística abrange ideias sobre a linguagem durante o tempo, desde que se tenha vestígio delas.

Nesse sentido, a Historiografia da Linguística busca interpretar como o conhecimento sobre a linguagem foi produzido através do tempo em determinado contexto sociocultural por meio de narrativas explicativas e descritivas (Swiggers, 2009). O objeto da HL não é a língua em si, mas as ideias construídas sobre língua e linguagem durante a história.

Uma das questões estudadas pela HL é a metalinguagem, entendida aqui de acordo com Koerner (2014a), que engloba termos relativos a elementos da língua e à relação entre eles. No momento de análise do seu objeto, o historiógrafo precisa ter cuidado com a metalinguagem utilizada no documento porque, embora não possa ignorar o vocabulário moderno, alguns conceitos podem não existir na linguagem contemporânea ou podem ser usados sob outras taxonomias. Assim, caso use seu vocabulário atual para descrever um texto do passado, o estudioso pode distorcer ou falsear ideias. Na nossa pesquisa, ao analisarmos uma gramática do século XIX, precisamos compreender que a taxonomia empregada pelo autor pode não ter o mesmo significado conhecido por nós nos dias atuais.

Para que sejam evitadas essas distorções historiográficas, Koerner (2014a) sugere três princípios para análise historiográfica: contextualização, imanência e adequação. O princípio da contextualização tem como característica a busca de fontes históricas para saber o contexto que englobava o período em que o material foi publicado, ou seja, uma análise histórica, que pode ser combinada também com uma análise intelectual, isto é, o estabelecimento do diálogo com concepções epistemológicas de outras áreas do conhecimento. Em nosso estudo, buscamos bases, sobretudo, na História e na Sociologia, a fim de entendermos o contexto sócio-histórico de Grivet e do Brasil — como a vinda da família real, o início da imprensa nacional, o histórico de publicações de gramáticas no Brasil etc.

Dando continuidade aos princípios para análise historiográfica, Koerner (2014a) também aborda o da imanência, segundo o qual o pesquisador deve analisar seu objeto dentro de sua própria organização sistemática, no próprio quadro teórico do texto, de forma a definir o quadro geral da teoria e a terminologia utilizada de forma interna, não com referência a alguma corrente linguística moderna. Depois de ter contextualizado e analisado seu objeto, o historiógrafo pode estabelecer comparações entre seu objeto e outras ideias linguísticas do seu tempo e de outros, sendo esse o princípio da adequação. Esses passos são fundamentais para que o historiógrafo evite anacronismos em seu trabalho.

Uma outra categoria de análise na Historiografia da Linguística utilizada nesta pesquisa é a da influência. Koerner (2014b) afirma que a influência se refere aos elementos que, explicita ou implicitamente, auxiliaram a elaboração de uma ideia sobre a linguagem.

Os antecedentes de um autor em particular, a sua tradição familiar, escolaridade, primeiros estudos e os interesses pessoais e as ocupações durante os seus anos de formação podem ser importantes para estabelecer conexões que podem conduzir a provas (frequentemente inconscientes) de empréstimo, integração e assimilação de particulares ideias, conceitos ou teorias. Papéis de família, correspondência, currículos escolares, cursos universitários frequentados por um dado autor podem servir como fontes para o historiógrafo (Koerner, 2014b, p. 101).

Percebemos, então, que é importante não analisarmos apenas o texto em si, mas outros elementos que fazem referência a ele ou que lhe são contemporâneos — até mesmo elementos pré-textuais e paratextuais informam sobre possíveis influências do autor. A formação intelectual e as relações intertextuais estabelecidas são fundamentais no momento de delimitar sua rede de influências, além da observação do impacto na produção e na expansão de conhecimentos linguísticos.

Em uma pesquisa historiográfica, para que seja trabalhada a influência, Koerner (2014b) indica que os seguintes pontos sejam explorados: histórico do autor, prova textual e reconhecimento público. O primeiro diz respeito aos antecedentes do autor e às informações sobre sua formação intelectual, por isso fizemos uma breve explanação da vida de Grivet que explica determinadas características das suas obras e motivações para a publicação dela. Já a prova textual se refere ao estabelecimento de uma ligação entre o pensamento linguístico estudado e suas supostas fontes. O último, reconhecimento público, trata das referências diretas a outras obras e autores que estão presentes no texto.

3 Metodologia

A metodologia específica de um trabalho historiográfico varia de acordo com o objeto e os objetivos de cada autor. No entanto, fases mais amplas auxiliam a guiar o trabalho, como as elaboradas por Swiggers (2013): heurística, hermenêutica e executiva. Essa base elaborada

pelo autor nos auxiliou a delimitar os passos seguidos para elaboração da pesquisa. A seguir, discorreremos o que foi feito em cada parte dela.

Na fase heurística, o pesquisador deve contextualizar seu objeto histórica e intelectualmente. Fazem parte dessa fase atividades como ler o texto-fonte, catalogar ideias e a terminologia, contextualizar os pensamentos do autor e os termos utilizados. É por esse motivo que, na introdução desse artigo, contextualizamos brevemente a produção da *Nova Grammatica Analytica da Lingua Portuguesa*, destacando algumas informações que são pertinentes para compreensão do pensamento de Grivet. Também foi realizado o mapeamento das categorias utilizadas pelo gramático a partir da leitura do texto-fonte.

Partindo para a segunda fase, a hermenêutica, o historiógrafo deve analisar o objeto com o uso de categorias interpretativas, utilizando as informações coletadas na fase anterior. Para essa segunda etapa, nesta pesquisa, analisamos crítica e interpretativamente os dados coletados na fase heurística, como a organização dada por Grivet à sua obra e a terminologia usada pelo gramático.

Já na última fase, a executiva, de acordo com Swiggers (2013), devem ser considerados três itens: o formato da exposição, a dimensão da intencionalidade do historiógrafo e a dimensão do programa cognitivo. Trata-se, respectivamente, da forma do texto (narrativo, tópico ou combinatório), da historiografia a ser executada (taxonômica, polêmica, teleológica ou exegético-crítica) e do perfil intelectual do produto a ser elaborado (atomística, narrativa, nocional-estrutural, arquitetônico-axiomática ou correlativa). Nossa pesquisa tem, predominantemente, a forma tópica e combinatória, por focalizarmos um tema, mas combinado com o contexto; uma historiografia exegético-crítica, por interpretarmos ideias linguísticas; e um viés nocional-estrutural e correlativo, por buscar interpretar as ideias de Grivet em sua imanência e considerando seu contexto sociocultural.

Para coletar os dados relativos ao pensamento de Grivet na *Nova Grammatica Analytica da Lingua Portuguesa*, apesar de ter sido realizada a leitura completa da obra, tivemos como foco o capítulo “Syntaxe”. Em seguida, fizemos outra leitura do capítulo com anotações referentes à sua organização (subdivisões) e à visão geral do autor sobre sintaxe. Para tabular e sistematizar as informações obtidas, construímos quadros que dividiam as definições gerais de sintaxe apresentadas na gramática e de ideias singulares do autor. A teoria das funções é

uma delas, ganhando destaque logo no início do capítulo sintático e sendo um dos pilares do pensamento do autor. Por esse motivo, a teoria foi escolhida para ser abordada neste texto.

4 Resultados

Apesar de o nosso foco ser a teoria das funções proposta por Grivet na parte de sintaxe da *Nova Grammatica Analytica da Lingua Portuguesa*, é preciso, antes, compreender o pensamento global do autor sobre gramática.

Já no início da obra, lemos que:

1. GRAMMATICA é a arte de fallar e escrever correctamente : o seu objecto é, portanto, a palavra.
2. Falla e escreve correctamente quem se conforma com as regras sancionadas pelos dictames da boa razão, e segundo os usos respeitáveis pelo assenso que grangearão dos doutos (Grivet, 1881, p. 1).

A gramática, portanto, é a “arte de falar e escrever corretamente”, tendo como seu objeto a palavra, diretamente ligada à sintaxe, definida como “[...] theoria das funções que as palavras exercem na enunciação dos pensamentos, e das relações que dahi entre ellas ocorrem” (Grivet, 1881, p. 222). Diante disso, já é possível perceber a importância dada por Grivet às funções das palavras nos estudos gramaticais, e a sintaxe, que ocupa 275 (43,9% do texto) das 626 páginas da gramática, é definida por essa ideia de teoria das funções.

Essa definição de sintaxe elaborada pelo gramático se afasta das noções dos gramáticos contemporâneos a ele, como Júlio Ribeiro (1885, p. 209), na *Grammatica Portuguesa*:

[a] syntaxe considera as palavras como relacionadas umas com outras na construção de sentenças, e considera as sentenças no que diz respeito á sua estrutura, quer sejam simples, quer se componham de membros ou de clausulas.

A concepção sintática de Júlio Ribeiro focaliza a relação entre palavras para a construção de sentenças, pensamento que também está presente no *Breve Compendio de Grammatica Portuguesa organizado em forma systematica, com adaptação a capacidade dos alunos*, de Frei Caneca (1875, p. 54): “[s]yntaxe é a quarta parte da grammatica, que ensina a compor a oração”.

Essa relação entre as palavras não é negada pelo gramático suíço; ele, no entanto, desenvolve a ideia da teoria das funções.

A teoria das funções nada mais é do que a ideia de que as palavras constituintes de uma enunciação do pensamento exercerão uma função, que podem ser sete: fato, sujeito, complemento direto, complemento indireto, predicado, aposição e ligação. É comum, pelo menos em algumas teorias linguísticas, a exemplo da gramática gerativa e da gramática sistêmico-funcional, procedermos à análise sintática através da noção de “constituintes” ou “sintagmas”. Já Grivet o fazia pela função que as palavras exercem nos enunciados. A seguir, no Quadro 1, elencamos cada função e sua respectiva definição, tal como encontramos em Grivet (1881).

Quadro 1 – Definição dos itens da teoria das funções de Grivet (1881).

Função	Definição
Fato	“O FACTO fica enunciado por um verbo, e só por um verbo em um dos quatro modos outros que o infinitivo” (p. 222)
Sujeito	“O SUJEITO [fica enunciado] essencialmente por um substantivo ou um pronome, accidentalmente por um infinitivo” (p. 222)
Complemento direto	“O COMPLEMENTO DIRECTO [fica enunciado] promiscuamente por um substantivo ou um pronome, e separadamente por um infinitivo” (p. 223)
Complemento indireto	“O COMPLEMENTO INDIRECTO [fica enunciado] explicitamente por um substantivo, um pronome, um infinitivo ou uma locução adverbial, implicitamente por um adverbio” (p. 223)
Predicado	“O PREDICADO [fica enunciado] essencialmente por um adjectivo ou um participio variavel, accidentalmente por um substantivo, um pronome ou um infinitivo” (p. 223)
Aposição	“A APPOSIÇÃO [fica enunciada] essencialmente por um artigo, um adjectivo ou um participio variavel, accidentalmente por um substantivo, um pronome ou um infinitivo” (p. 223)
Ligação	“A LIGAÇÃO [fica enunciada] isoladamente por uma conjuncção ou locução conjunctiva, contractamente por todo o pronome adjectivo ou adverbio implicando ostensiva ou disfarçadamente QUE ou SE” (p. 223)

Fonte: elaborado pela autora.

Observamos, pelas definições elaboradas pelo autor, que um papel é atribuído a uma palavra das dez espécies classificadas pelo autor no capítulo de lexicologia da mesma gramática, a saber: verbo, substantivo (ou nome), artigo, adjetivo, pronome, particípio, preposição, advérbio, conjunção e interjeição. A seguir, analisamos cada uma das sete funções.

A primeira, o fato, é enunciado por um verbo, que dá vida ao discurso. De acordo com Grivet, o fato pode ter ou não ter sujeito (A noite chegara / Relampejava), complemento (Tudo se muda por instantes — Tudo passa) e predicado (Se os olhos veem com ódio, o anjo é feio; [...] se com amor, o que não é, tem que ser). Grivet pontua, contudo, a necessidade de o verbo não estar no infinitivo para enunciar um pensamento, visto que não temos dados sobre o sujeito, o número, o tempo e o modo. Dessa forma, para a função do fato ocorrer, o verbo deve aparecer nos modos indicativo, condicional, imperativo ou subjuntivo.

Grivet procede a explicação informando que o pensamento implica a formação de um juízo — influência racionalista da Gramática de Port-Royal. A característica do pensamento é a sua aceitabilidade, apesar do seu valor de verdade.

Seguindo as funções, a segunda listada pelo gramático é a do sujeito, que, podendo ter uma ou mais palavras, impõe ao verbo o número e a pessoa — caso não haja sujeito, o verbo carece de “personalidade”. As espécies de palavras que podem exercer essa função são o substantivo, o nome e o verbo no infinitivo. Caso acompanhadas por um artigo ou adjetivo determinativo (como “este” e “dois”, o que hoje chamamos de pronome e numeral), palavras substantivadas também podem exercer a função de sujeito.

Uma oposição que Grivet fez em relação à maioria dos seus gramáticos contemporâneos, como comentado por ele mesmo, é sobre a proposição formar o sujeito de um verbo. Para ele, é impossível uma oração ser um todo e apenas uma parte, como em “[q]uem quer vai, — quem não quer manda. (P. Man. Bernardes)” (Grivet, 1881, p. 348). Caso a proposição fosse o sujeito do verbo, “quem quer” seria o de “vai”; “quem não quer”, de “manda”. Para elaborar seu pensamento, Grivet troca “quem” por “aquele que”, tendo como resultado “aquele que quer vai, aquele que não quer manda” — dessa forma, cada fato é regido pelo seu próprio sujeito, que é um pronome.

No que tange ao sujeito, ele pode ser simples ou composto. Se simples e na voz passiva, o verbo concorda em número, pessoa e gênero. Já no caso de ser composto, o autor defende que essa forma foi importada da língua francesa, sendo constituída por substantivos e/ou pronomes, e o verbo passa para a forma plural. Ainda sobre a língua francesa, o autor exemplifica casos pontuais de concordância e tece um comentário importante: “[...] o que assenta ao francez, não tem necessariamente igual cabimento no portuguez ; porquanto, obedecendo a necessidades diversas, cada um dos idiomas deve caminhar por sua propria vereda” (Grivet, 1881, p. 356). Assim, ele reconhece essas particularidades de cada língua, não sendo possível realizar a transferência da gramática de uma para outra, o que diverge do pensamento da linhagem gramatical latinizada que vinha sendo construído nos estudos da linguagem.

A terceira função, o complemento direto, diz respeito ao termo que abrange a palavra, ou conjunto de palavras, sem necessidade de uma preposição explícita ou oculta. Os substantivos, os pronomes e os verbos no infinitivo podem exercer a função de complemento direto, que podem ser simples ou compostos. Uma observação feita por Grivet é a de que o complemento não pode modificar o verbo, apenas o sujeito pode fazê-lo, ou seja, sujeito e complemento exercem diferentes funções em relação ao verbo.

Cada verbo pode ter apenas um complemento direto, sendo inaceitável casos como “ENSINO GRAMMATICA os FILHOS de meu tio” (Grivet, 1881, p. 362), pois um dos complementos deve ter preposição, virando, dessa forma, indireto. Uma comparação é feita com a língua francesa por Grivet, visto que os gramáticos franceses não fazem distinção entre complementos diretos de infinitivos e de substantivos e pronomes. Na gramática portuguesa, para ele, isso resultou na “subversão de bons princípios”, utilizando-se as terminações “arem”, “erem”, “irem” e “orem” nos infinitivos pessoais, como em:

A historia póde-se comparar com um velho que, tendo vivido milhares de annos, tendo visto EDIFICAREM-SE AS CIDADES, E CAHIREM em decadencia, NASCEREM, FLORESCEREM E MORREREM AS NAÇÕES da terra, se senta para nos contar quanto se tem passado... (Grivet, 1881, p. 363).

Essa tendência advém da teoria do verbo substantivo, segundo a qual um pensamento não poderia ter menos de três termos, sendo eles sujeito, verbo e atributo (predicado). Grivet se opõe a essa teoria, dedicando parte de sua gramática a discuti-la (cf. Almeida, 2022).

A função do complemento indireto é expressa por um substantivo, um pronome, um verbo no infinitivo ou uma locução adverbial, diferindo-se do complemento direto por exigir uma preposição. Da mesma forma que o direto, pode ser simples ou composto, mas, caso seja composto, as palavras devem ser regidas pela mesma preposição.

A quinta função, do predicado, é, de forma geral, uma palavra ou conjunto de palavras que qualificam ou declaram a situação do sujeito, sendo exercida por um adjetivo ou particípio. Por serem variáveis em gênero e número, essas classes expõem a referência ao sujeito pela concordância. O predicado tem duas principais características: ter um verbo de estado próximo a ele e referir-se ao sujeito ou, em caso de ausência do sujeito, a outro termo.

Para Grivet (1881), além dos verbos de estado (ser e estar), os verbos neutros (aqueles que não precisam de complemento e cuja ação fica restrita ao próprio sujeito) também podem emitir um predicado, a exemplo de “Até AS AGUAS que por entre as veias descem, SAHEM CRUAS. (Franc. Rodrigues Lobo). — (Até as aguas sahem [SÃO] cruas)” (Grivet, 1881, p. 390). Pela análise, observamos que “sahem” substitui “ser”, sendo “cruas” seu predicado, ou seja, o verbo neutro foi substituído pelo de estado.

A aposição, penúltima função listada, é um elemento que aparece junto a outros com a atribuição de complementá-los — é o que hoje encontramos nas gramáticas escolares como “aposto”. Essencialmente, a aposição é composta por artigos, adjetivos ou particípios variáveis, podendo, em alguns casos, também ser formada por substantivos, pronomes e infinitivos. Um exemplo que o autor utiliza para exemplificar a aposição é o seguinte:

[e]sta vida dos pastores, como mais quieta, tem em seu trabalho todas as cousas com que póde sustentar-se : a LÃA, o LEITE, as PELLAS, a CARNE dos animaes ; as HERVAS, os LEGUMES, e o FRUCTO das plantas. (Franc. Rodr. Lobo). [...] (Grivet, 1881, p. 404)

Os substantivos “lãa”, “leite”, “pelles” e os demais explicam as coisas das quais os pastores podem se sustentar. A aposição é um termo anexo, não se relacionando diretamente com o fato.

Na última função elaborada por Grivet (1881), a da ligação, os elementos permitem a conexão com outros termos — é o que encontramos nas gramáticas atuais como “conectivos”. A ligação torna os termos compostos, as preposições conexas ou as orações correlativas, respectivamente exemplificados em cada linha da citação dada como exemplo pelo autor:

O jugo E as cadeias de ferro E de bronze têm estas quatro cousas :
QUE carregão, ferem, soão E durão.
E as mesmas quatro tem o jugo E cadeias da infamia. (P. Man. Bernardes).
(Grivet, 1881, p. 410).

Na primeira linha, a ligação copulativa “e” torna os dois elementos um só sujeito; na segunda, “que” liga os fatos sintáticos (“carregão”, “ferem”, “soão” e “durão”); e, na última, o primeiro “e” une as ordens do pensamento, já o segundo reúne “jugo” e “cadeias”.

Segundo o autor, as ligações copulativas sempre estabelecem solidariedade entre preposições ou orações. No caso de afirmações, com o aparecimento de “e”, e, para negações, “nem” ou “ou”, em caso de alternância. Esses itens podem se substituir, mas sempre com uma alteração de pensamento.

Um outro tipo de ligação é a estabelecida por “mas” e “porém”, que se desvinculam da característica de solidariedade e devem ser precedidas de pontuação. Grivet (1881) ainda insere uma terceira categoria de ligação, que é a preventiva, já que explica a finalidade de alguns termos, como as que utilizam “pois”.

5 Considerações finais

Nesse trabalho, tivemos acesso a um pensamento sintático de Charles Grivet (1881) em sua *Nova Grammatica Analytica da Lingua Portuguesa*, o da teoria das funções, segundo o qual as palavras exercem uma função na enunciação do pensamento. Cada um desses termos está relacionado a uma ou mais espécie (classe, na taxonomia corrente nas gramáticas atuais) de palavra.

Para Grivet, cada palavra que constitui uma enunciação do pensamento faria parte obrigatoriamente de um desses sete termos. Dessa forma, a análise sintática não é realizada a

partir da noção de constituintes ou de sintagmas, mas a partir da função que as palavras exercem no enunciado, tendo cada uma delas um papel.

Identificamos que Grivet não tem como proposta o rompimento com a tradição gramatical, mas elabora um modelo analítico divergente do pensamento gramatical predominante em seu tempo. Assim, a pesquisa contribui para compreender melhor o pensamento sintático oitocentista, que ainda reverbera nas nossas gramáticas contemporâneas do português.

Diante do menosprezo que se nota, ao menos em certos países, a respeito da historiografia da linguística, há de ressaltar sua importância cognitiva e educativa. A história das reflexões e dos esforços envidados em prol do fenômeno da linguagem é uma parcela essencial de nossa história como seres humanos, e seu estudo não só nos ensina muito sobre a história da linguística (e sua proto-história), como também sobre o papel central que exerceu e ainda exerce a linguagem na história das culturas, das sociedades, das atividades intelectuais da humanidade (Swiggers, 2013, p. 49).

Estudar o passado permite organizarmos melhor o presente e o futuro, visto que temos uma estrutura para entender o contexto sociocultural no qual vivemos. Ideias não surgem de uma hora para outra, e as que pensamos serem revolucionárias podem existir desde tempos muito antigos. Tomar consciência de conhecimentos linguísticos elaborados no passado nos dá base para repensarmos nossas teorias e nossas certezas de hoje.

Agradecimentos

Agradeço à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ) pela concessão da bolsa de estudos.

Referências

ALGUMAS palavras sobre o professor Grivet. In: GRIVET, A. **Nova grammatica analytica da lingua portugueza**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, ouvidor 31, 1881. p. V-VIII.

ALMEIDA, A. B. F. **A sintaxe na Nova Grammatica Analytica da Lingua Portugueza (1881), de Charles Adrien Olivier Grivet (1816-1876): uma análise historiográfica**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

ALTMAN, C. História, Estórias e Historiografia da Linguística brasileira. **Todas as Letras**, v. 14, n. 1, p. 14-37, 2012.

CANECA, F J. do A. D. **Breve Compendio de Grammatica Portugueza organizado em forma systematica, com adaptação a capacidade dos alunos**. Recife: Typographia Mercantil, 1875.

GRIVET, A. **Nova grammatica analytica da lingua portugueza**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, ouvidor 31, 1881.

KOERNER, E. F. K. O problema da metalinguagem em historiografia da linguística. *In*: KOERNER, E. F. K. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014a. p. 75-90.

KOERNER E. F. K. O problema da ‘influência’ na historiografia linguística. *In*: KOERNER, E. F. K. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014b. p. 91-102.

PETROV, Igor. Suíça, de 1848 à atualidade. **Swissinfo.ch**, 2020. Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/por/su%C3%AD%C3%A7a-de-1848-%C3%A0-atualidade/45810934>. Acesso em: 26 set. 2021.

RIBEIRO, J. **Grammatica portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Teixeira & Irmão Editores, 1885.

ROSA, M. C. A questão da metalinguagem na Historiografia da Linguística. *In*: BATISTA, R. O.; BASTOS, N. B. **Questões em historiografia da linguística: homenagem a Cristina Altman**. São Paulo: Pá de Palavra, 2020. p. 122-132.

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 44-45, 2013. p. 39-59.

SWIGGERS, P. Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas, problemas. *In*: BATISTA, R. O. **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Editora Contexto, 2019. p. 45-80.

Recebido em: 05.08.2025

Aprovado em: 02.01.2026